

# **A DISCIPLINA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA OFERTA NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO IFRN CAMPUS SANTA CRUZ: RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

Francisco das Chagas de Sena

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN  
(francisco.sena@ifrn.edu.br)*

## **RESUMO**

O presente artigo objetiva delinear algumas experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas em uma turma do 6º período do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Santa Cruz, na disciplina Educação Inclusiva. Para tanto, propõe-se analisar tais experiências enfatizando os pontos positivos e negativos do processo pedagógico ora desenvolvido, elencando todos os percursos formativos realizados envolvendo professor e educandos. Expõe-se também, os métodos, recursos didáticos e a avaliação da aprendizagem, com os seus respectivos instrumentos utilizados durante todo o processo formativo dos discentes. A proposta, é a de buscar compreender as dificuldades existentes na ministração da disciplina, o entendimento da temática inclusão proposto na ementa do curso e os possíveis rumos a serem traçados na oferta da disciplina Educação Inclusiva no curso de Licenciatura em Matemática do IFRN, Campus Santa Cruz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva, experiências de ensino e aprendizagem, Licenciatura em Matemática.

## **RESUME**

This article aims to outline some experienced teaching and learning experiences in a class of 6th period Degree in Mathematics, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte - Campus Santa Cruz, Inclusive Education discipline. It proposes to analyze these experiences emphasizing the positives and negatives of the pedagogical process now developed, listing all the training courses conducted involving teachers and students. It also exposes the methods, teaching resources and assessment of learning, with their respective instruments used throughout the training process of students. The proposal is to seek to understand the difficulties in the administration of discipline, understanding the theme inclusion proposed on the menu of the course and the possible

directions to be taken in the provision of inclusive education discipline in the Bachelor's Degree in Mathematics IFRN, Campus Santa cross.

**KEYWORDS:** inclusive education, teaching and learning experiences, Degree in Mathematics.

## INTRODUÇÃO

A questão da inclusão escolar é um dos temas que tem mobilizado atualmente diversos estudiosos da área, além de professores e técnicos de diversas escolas, sejam elas públicas ou particulares inseridas em contextos distintos, como também dos pais que possuem filhos com alguma necessidade educacional especial ou algumas características envolvendo diferenças étnicas, religiosas ou de gênero e que depositam na escola a confiança de que ela acolha e inclua da melhor forma possível tais educandos. Por isso,

“a proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”. (CARVALHO, 2013, p. 65).

Nesse sentido, a inclusão pode ser traduzida pela capacidade da instituição escolar em fornecer respostas satisfatórias à diferença de aprendizagem dos alunos. Essa diferença de aprendizagem, demanda que a escola se transforme em espaço de trocas o qual favoreça o ato de ensinar e de aprender. Por isso, para haver uma transformação na escola, é necessário que se criem condições, a fim de que todos participem do processo de construção do conhecimento, independente das suas características particulares.

Com a promulgação da Constituição de 1988, um leque de ações voltadas ao combate de toda e qualquer forma de exclusão e discriminação foi explicitado, propondo em um dos seus objetivos fundamentais, no Art. 3º, inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Define ainda no artigo 205, a educação com um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, trata como um dos princípios constitucionais, que o ensino deverá ser ministrado visando a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e no Art. 208, inciso III, garante como dever do Estado, o

“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O processo inclusivo também tem amparo legal, tanto na lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 através dos artigos 58 a 60, no Decreto nº 7.611/2011 que Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, na Lei 13005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação (2014-2014) em sua meta 4, dentre outros documentos correlatos, que vêm assegurar às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, atendimento comum nas salas regular de ensino, juntamente com os alunos considerados “normais”.

No entanto, ao abordar a questão da educação inclusiva, o foco não deve estar voltado apenas ao público alvo da educação especial e sim a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, sentem-se excluídas socialmente do processo educativo formal e não formal, conforme explicita Carvalho (2013, p. 70): “teoricamente são excluídos os que não conseguem ingressar nas escolas e também aqueles que, mesmo matriculados, não exercitam seus direitos de cidadania de apropriação e construção de conhecimentos”.

Desta forma, este trabalho pretende discutir os aspectos curriculares propostos no programa da disciplina Educação Inclusiva do Curso de Licenciatura em Matemática do IFRN Campus Santa Cruz, esboçando as lacunas presentes no referido programa, já que o mesmo é voltado especificamente ao público da educação especial, não abrindo espaço aos demais participantes do processo de inclusão escolar.

Neste sentido, o presente relato tem como objetivo descrever a proposta de pedagógico executada em uma turma do 6º período da Licenciatura em Matemática do IFRN, elencando passo a passo todo o percurso formativo ora delineado, propondo uma visão curricular mais ampla à referida Licenciatura.

## **1. BREVE RELATO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO IFRN – CAMPUS SANTA CRUZ**

Dentre os cursos de graduação ofertados pelo IFRN Campus Santa Cruz, está o de Licenciatura em Matemática, que de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (2012, p. 14), tem como objetivo geral,

formar o profissional docente com um saber plural, constituído pela internalização de saberes da área específica, saberes pedagógicos e saberes experienciais. Capazes de trabalhar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares e utilizar os conhecimentos matemáticos para a compreensão

do mundo que o cerca e para resolução de problemas do seu cotidiano de vida e do mundo do trabalho.

A proposta pedagógica do curso possibilita integrar conhecimentos pedagógicos e específicos, proporcionando o diálogo entre as várias visões de mundo e “está organizada por núcleos articuladores de saberes, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade e da contextualização” (PPC, 2012, p.13). Esses núcleos estão organizados em uma matriz curricular organizada da seguinte forma: núcleo fundamental, núcleo didático-pedagógico, núcleo epistemológico, núcleo específico.

O núcleo fundamental envolve os conhecimentos científicos indispensáveis à formação dos futuros professores, contemplando uma revisão de conhecimentos da formação geral, cujo objetivo é construir uma base científica para a formação do profissional docente. Dois propósitos pedagógicos são imprescindíveis nesse núcleo: o domínio da língua portuguesa e, conforme o andamento do curso e as necessidades do grupo, a assimilação dos conceitos científicos básicos.

Em relação ao núcleo específico, é composto por conhecimentos científicos balizadores da formação do professor da educação básica em uma determinada área do saber historicamente sistematizado. A maneira desse núcleo ser organizado deve proporcionar o atendimento à exigência do domínio acerca dos conceitos fundamentais, das estruturas básicas da disciplina de formação e das metodologias de didatização de tais conhecimentos.

Quanto ao núcleo epistemológico abrange conhecimentos sobre os fundamentos históricos, filosóficos, metodológicos, científicos e linguísticos propedêuticos ao desenvolvimento e à apropriação dos conhecimentos específicos. Esses conhecimentos interligam-se às bases conceituais, aos fundamentos e às raízes do saber sistematizado.

Já o núcleo didático-pedagógico constitui-se de diversos saberes que balizam a atuação do licenciado como profissional da educação. Na perspectiva do entrelaçamento entre saber acadêmico, pesquisa e prática educativa, o núcleo enfoca as finalidades da educação na sociedade, os conhecimentos didáticos, os processos cognitivos da aprendizagem, a compreensão dos processos de organização e de gestão do trabalho pedagógico e a orientação para o exercício profissional em espaços escolares e não-escolares.

A carga horária total do curso é de **3.344** horas, distribuídas da seguinte forma: **2.160** horas destinadas à formação docente, **184** horas destinadas a seminários curriculares e **1.000** horas à prática profissional. (PPC, 2012).

## **2. METODOLOGIA**

O Curso de Licenciatura em Matemática dispõe de uma matriz curricular composta por disciplinas obrigatórias e optativas. Entre as obrigatórias, consta a de Educação Inclusiva pertencente ao Núcleo Didático-Pedagógico, com uma carga horária de 40h/a, sendo ofertada no 6º período do curso.

Dessa forma, foi durante os meses de maio a setembro de 2015, que tive a oportunidade de ministrar a referida disciplina, mediando o processo pedagógico a uma turma composta por 14 educandos matriculados, dos quais 12 participaram efetivamente de todas as atividades e concluíram com êxito os créditos propostos.

Inicialmente, foi realizado junto à turma, a apresentação tanto do docente quanto dos discentes, além de exposto o programa completo da disciplina, expondo os temas que seriam abordados, os métodos empregados, os recursos didáticos utilizados, além do processo avaliativo.

Um ponto a destacar, é que o programa da disciplina Educação Inclusiva do Curso de Licenciatura em Matemática do IFRN, concentra-se em temas voltados apenas à educação especial. Por isso, os assuntos propostos na ementa eram divididos em treze temas assim delineados: 1. Conceitos: inclusão, diversidade, acessibilidade, desenho universal, terminologia adequada à inclusão; 2. História da deficiência no tempo; 3. Legislação aplicada à inclusão; 4. PCN da educação inclusiva; 5. Deficiência visual - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 6. Deficiência auditiva - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 7. Deficiência intelectual - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas. 8. Surdocegueira - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 9. Deficiência física - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 10. Deficiências Múltiplas - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 11. Síndrome de Down e outras síndromes - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas; 12. Altas habilidades, Superdotação (conceitos, identificação, como trabalhar na educação); 13. Transtornos Globais de desenvolvimento - conceitos, identificação, estratégias pedagógicas.

No entanto, compreendendo que a educação inclusiva é bem mais abrangente, incluindo além da educação especial, assuntos relacionados à educação do negro, dos indígenas, da educação de jovens e adultos, dentre outros, procurou-se equilibrar tais temas de forma que pudesse atender a base explicitada no programa, todavia acrescentando essas outras abordagens no intuito de tornar à inclusão em algo bem mais abrangente. Portanto, além do proposto acima, trabalhou-se também os seguintes temas: Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; o Decreto 5.840/2006, que institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); o estudo de fragmentos do Projeto Político-Pedagógico do IFRN, enfocando o desenvolvimento do Programa PROEJA e a História da Educação do Negro, enfatizando diversos assuntos dentro da referida temática.

A maneira de expor os conteúdos aconteceu de maneira diversificada, incluindo exibição de vídeos, apresentação de slides, rodas de conversa, estudo em grupo de temas previamente definidos pelo professor, pesquisa orientada e seminários apresentados pelos grupos de discentes.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o I Bimestre do período letivo 2015.1, ocorrido entre 06/05 à 09/07/2015, as atividades foram voltadas à educação especial, com aulas ministradas todas as quintas-feiras, das 7h às 8h30 da manhã. Inicialmente, trabalhou-se conceitos diversos relacionados à inclusão, diversidade, acessibilidade, multiculturalismo e desenho universal. Para isso, foi utilizada uma apresentação de slides sobre os assuntos acima especificados e promovida uma discussão em sala com a participação de todos os alunos. Foi um momento de contato inicial com a disciplina, em que foram feitas perguntas por parte dos alunos e apresentados exemplos e experiências da vida estudantil deles, em que relataram algumas incoerências sofridas por pessoas com deficiência, tanto em ambientes escolares, quanto extraescolares. Foi percebido inicialmente, que havia um interesse por parte dos educandos em se apropriarem da temática, a fim de embasarem a futura prática profissional deles enquanto docentes de matemática.

Em outro momento foi trabalhado a questão histórica da deficiência no tempo em âmbito mundial, enfocando em forma de linha do tempo aspectos voltados à inclusão percorrendo desde a Idade Antiga até aos tempos atuais. Como não havia um material

didático específico sugerido na ementa da disciplina, optou-se por se abordar tais questões, utilizando-se do material didático utilizado pelo Campus EaD do IFRN, usado como suporte didático no referido componente curricular do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol, produzido pela professora Vanessa Gosson Gadelha de Freitas Fortes, pertencente ao quadro de servidores efetivos do IFRN. O material, por ser destinado a alunos da EaD, possuía uma linguagem bem acessível, ilustrado e contendo exercícios e atividades avaliativas propostas. A metodologia utilizada foi uma aula dialogada, discutindo em grupo o material impresso acima citado, havendo uma boa participação dos educandos nas discussões.

Dando continuidade à disciplina, foi trabalhado no terceiro encontro, questões voltadas à legislação aplicada à inclusão, tendo como aporte teórico/didático, o Capítulo V da LDB 9394/96 (Da Educação Especial) nos artigos 58 a 60. Foi discutido com a turma sobre a modalidade da educação especial, que conforme a LDB deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Foram distribuídas cópias impressas do documento legal, envolvendo os artigos supracitados os quais foram lidos com a participação de todos. Em seguida, foi estudado o Decreto 7.611/2011, o qual trata sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Na oportunidade, cada educando também recebeu a cópia impressa do decreto, a qual foi lida e debatida em sala.

Para o quarto encontro, o foco voltou-se ao estudo da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); da Declaração de Salamanca (1994) e da meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ali foi debatido a respeito das conquistas alcançadas no campo da inclusão através dos documentos internacionais resultado das conferências de Jomtien (1990) e Salamanca (1994). Logo após, debateu-se sobre a meta 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), a qual destaca universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, incluindo às suas dezenove estratégias para alcance da referida meta.

Em seguida, a abordagem recaiu sobre o estudo da Política de Educação Inclusiva presente no Projeto Político-Pedagógico do IFRN. Foi estudado a concepção, princípios orientadores, diretrizes e indicadores metodológicos da educação inclusiva constantes no Projeto Político-Pedagógico do Instituto. Foi um momento importante de discussão, em virtude da constatação de que o próprio PPP do IFRN enfatiza uma visão bem mais ampla acerca da educação inclusiva. De acordo com o referido documento,

Ao se abordar a inclusão, tem-se, inicialmente, a percepção limitada de que se trata apenas do acesso de pessoas com necessidades especiais à educação e aos demais espaços sociais. Entretanto, a inclusão social é muito mais abrangente. Incluir é assegurar o que a Constituição Brasileira já prevê desde 1988. É a garantia dos direitos a todos os cidadãos, indistintamente: pessoas com deficiência; pessoas das diversas classes sociais e das diferentes etnias; pessoas de formações culturais distintas, de gêneros e de orientações sexuais diversos. Incluem-se, nesse rol, os povos indígenas; os afrodescendentes; os camponeses; os quilombolas; as pessoas das grandes e das pequenas cidades, dos distritos e das vilas. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO IFRN, 2012, p. 177).

Esse delineamento teórico foi imprescindível às abordagens que seriam explicitadas no 2º Bimestre da disciplina. Pôde-se conhecer também, os dezessete princípios orientadores da educação inclusiva, incluindo o respeito aos direitos humanos universais; a garantia legal de uma educação para todos (pública, gratuita e de qualidade); a defesa por igualdade nas condições de acesso, de permanência e de conclusão; a conjugação da igualdade e da diferença como dimensões indissociáveis a qualquer proposição sociopolítico-educacional; a adequação das práticas pedagógicas; o apoio pedagógico especializado; dentre outros. Quanto ao material didático, foi disponibilizado um fragmento do PPP do IFRN envolvendo as páginas 177 a 182 e discutido em sala cada ponto do documento junto aos discentes. Ao final das discussões, foi solicitada uma atividade avaliativa em grupo, produzida e apresentada em seguida pelos alunos, a partir dos pontos estudados nas páginas elencadas acima.

Em outro momento, como atividade avaliativa, foi proposta uma pesquisa junto ao NAPNE (Núcleo de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN), que tem sua atuação pautada na articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, desenvolvendo pesquisas relacionadas a acessibilidades, e projetos de extensão diversos junto à comunidade. O trabalho consistia em conhecer o Plano de Ação do referido Núcleo, no intuito de compreender melhor a sistematização das atividades desenvolvidas pelos



integrantes do NAPNE. Após a pesquisa, os alunos socializaram os resultados em sala de aula em forma de texto dissertativo.

Na sequência, os grupos apresentaram seminários abrangendo os seguintes temas: a escola comum inclusiva, surdocegueira e deficiência múltipla e os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. O material didático que embasou a apresentação dos alunos, foi a coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar” do Ministério da Educação. Para as apresentações, foram divididos três grupos entre os quatorze alunos da turma. Como métodos, os educandos utilizaram aulas expositivas por meio de slides e exibição de vídeos, usando como recursos didáticos, notebook, projetor de slides e caixa de som. Foi percebido um ótimo entendimento acerca de cada tema apresentando, com embasamento teórico e exemplificações diversas.

Continuando com as atividades pedagógicas, foi realizada uma avaliação individual contendo os temas estudados em aulas anteriores, dentre eles: Marcos Político-Legais da Educação Especial; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Capítulo VI – Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva); o Decreto 7611/2011 e os Artigos 58 a 60 da LDB – Lei 9394/96.

Em relação ao 2º Bimestre, as atividades foram iniciadas dia 30/07 com o estudo da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Na ocasião, foi promovida uma aula dialogada enfocando os objetivos, princípios e a organização da Educação Escolar Indígena, como também, a maneira de se conceber o Projeto Político-Pedagógico de uma instituição escolar indígena, já que de acordo com a referida Resolução, o PPP das escolas indígenas precisam estar

[...] intrinsecamente relacionado com os modos de “bem viver” dos grupos étnicos em seus territórios, devem estar assentados nos princípios da interculturalidade, bilingüismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade que fundamentam as propostas de Educação Escolar Indígena. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 393).

Em outro momento, foi debatido sobre os currículos da Educação Escolar Indígena e enfatizou-se a importância de se valorizar a questão intercultural, devendo ser construídos levando em conta os valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos Projetos

Político-Pedagógicos, considerando também, “as condições de escolarização dos estudantes indígenas em cada etapa e modalidade de ensino; as condições de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola [...]” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 394).

Finalizando o estudo da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, foi dialogado também a respeito da forma de avaliação empregada nas instituições ofertantes de Educação Escolar Indígena, em que a avaliação deve estar intrinsecamente ligada aos processos de ensino e aprendizagem vivenciados nas comunidades indígenas, incluindo às dimensões participativa e de protagonismo indígena da educação diferenciada. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, 2013, p. 396,

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem nas escolas indígenas terá como base os aspectos qualitativos, quantitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos, considerando-se o direito de aprender, as experiências de vida dos sujeitos e suas características culturais, os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, emocional, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outros. Pautando-se numa abordagem historicamente situada, a avaliação deve possibilitar a transformação pessoal e social dos estudantes indígenas em suas relações intraétnicas e interétnicas.

Além do material impresso da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, foi exibido também dois vídeos: um, intitulado: povos indígenas, conhecer para valorizar, produzido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro em parceria com o museu do índio, em que se abordava o pouco conhecimento que se tem acerca dos povos indígenas brasileiros, mostrando também os déficits de conteúdos nos livros de geografia sobre a temática e alguns mitos ainda presentes, como por exemplo achar que todos os índios são iguais, que possuem a mesma religião, moram em casas com as mesmas estruturas físicas, se alimentam das mesmas comidas, dentre outros aspectos. O vídeo também enfatizou a Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Em relação ao segundo vídeo, o mesmo abordava algumas questões debatidas na II Conferência Estadual de Educação Indígena realizada pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo em parceria com o Centro de Atendimento Especializado e o Núcleo de Inclusão Educacional, debatendo temas como: Identidade, alteridade e escola bilíngue/multilíngue; currículo diferenciado e interculturalidade; sustentabilidade, autonomia e escola, dentre outros.

Dando sequência aos temas, foi estudado no final do mês de agosto, a temática da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para isso, foi exibido um vídeo baixado do Youtube, produzido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, dentro do Programa Roda de Conversa, cujo título era o seguinte: Os desafios da Educação de Jovens e Adultos. O vídeo trouxe ao centro das discussões os desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA), englobando a formação dos profissionais que trabalham na área, o respeito às especificidades da modalidade de ensino, as políticas específicas vigentes para a EJA e ainda o contexto social e cultural dos alunos. Ao término da exibição, foi promovida uma roda de conversa, comentando as partes mais específicas do vídeo e tecendo breves comentários sobre o PROEJA implantado no IFRN, o qual seria tema do próximo encontro.

Continuando a exposição da EJA, foi trabalhado junto aos educandos, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O referido Programa, é parte integrante de um conjunto de ações político-pedagógicas do Governo Federal deflagradas no ano de 2006, visando a oferta dos cursos técnicos integrados na modalidade EJA implementados no IFRN a partir daquele ano. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do IFRN, 2012, p. 105, o PROEJA foi Instituído pelo Decreto 5.840/2006 e

objetiva incluir, sob um dimensionamento social e emancipatório, sujeitos que, na faixa etária regular indicada na legislação brasileira, não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluíram nessa faixa etária. Em consonância com a função social do Instituto, tal acesso representa um dos fatores que justificam a adesão ao Programa e mobilizam as ações institucionais para a efetivação dessa política inclusiva.

Para esse estudo, foi disponibilizado cópias das páginas 105 à 107 do PPP do IFRN e debatido em grupo as questões referentes ao Programa. Em seguida, foi proposto uma atividade avaliativa em que os educandos teriam que pesquisar junto às coordenações dos cursos técnicos integrados na modalidade EJA, frisando como se dava a estruturação dos cursos, as taxas de matrícula, aprovação e reprovação. Após a pesquisa, os alunos socializaram em sala os resultados obtidos.

Próximo ao término da disciplina, foi promovido vários seminários apresentados pelos discentes, discorrendo sobre a inclusão do negro no cenário educacional brasileiro. Como suporte pedagógico, foi disponibilizado aos educandos, artigos científicos contidos na obra História da Educação do Negro e outras histórias, publicada pela Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. A referida obra, é um compêndio de artigos com rigor metodológico que acenam para propostas político-pedagógicas anti-racistas, abordando temas relativos à história da educação da população negra brasileira, além de expor novos dados ao debate sobre a exclusão da população negra do sistema educacional, bem como explicita alternativas forjadas pelo movimento social negro para o enfrentamento das desigualdades. Os temas apresentados pelos grupos de alunos, foram os seguintes:

Quadro 01 – Alunos, temas e recursos utilizados na apresentação de seminários

<b>Alunos</b>	<b>Temas</b>	<b>Recursos utilizados</b>
A1, A2, A3	Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas	Notebook, projetor de Slides
A4, A5, A6	Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra	Notebook, projetor de Slides
A7, A8, A9	Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira	Notebook, projetor de Slides
A10, A11, A12	Uma abordagem sobre a história da educação dos negros	Notebook, projetor de Slides

Fonte: Dados organizados pelo professor da disciplina Educação Inclusiva

Encerrando as atividades pedagógicas da disciplina, foi aplicada no dia 24/09/2015, uma avaliação individual com questões objetivas, englobando os seguintes assuntos: Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Título II e III); Decreto 5.840/06 – institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com um aproveitamento satisfatório.

Ao término de todas as atividades pedagógicas, incluindo as avaliações realizadas, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 02 – Resultado final – Semestre 2015.1 (1º e 2º bimestres)

<b>Alunos</b>	<b>Notas 1º Bim.</b>	<b>Notas 2º Bim.</b>	<b>Média Sem.</b>	<b>Prova final</b>	<b>Nota final</b>
A1	9,8	5,8	7,8	-	7,8
A2	9,3	9,7	9,5	-	9,5
A3	6,8	6,7	6,7	-	6,75
A4	8,2	8,7	8,4	-	8,45
A5	5,7	6,3	6,0	-	6,0
A6	8,8	6,0	7,4	-	7,4
A7	8,4	2,0	5,2	7,0	6,1
A8	8,2	6,8	7,5	-	7,5
A9	8,8	7,5	8,1	-	8,15

A10	9,7	6,5	8,1	-	8,1
A11	8,3	6,0	7,1	-	7,15
A12	6,0	4,7	5,3	8,0	6,7

Fonte: Dados organizados pelo professor da disciplina Educação Inclusiva

Como se pode perceber no quadro 02, dos 12 alunos que iniciaram a disciplina, todos concluíram com bom aproveitamento. Deles, 10 foram aprovados por média e 02 foram submetidos à prova final, sendo conseqüentemente aprovados. Ao todo, foram realizadas 06 avaliações durante o semestre, sendo 03 em cada bimestres. Teve-se um cuidado na aplicação de tais avaliações, tendo em vista a importância delas para todo processo pedagógico. Por isso, entende-se a avaliação como sendo um requisito necessário ao bom funcionamento de toda prática escolar seja ela presencial ou a distância. Esse processo inicia-se na fase de planejamento, percorre os objetivos propostos, seguindo-se pela metodologia escolhida, os recursos didáticos utilizados, culminando com a avaliação. Por isso, para Vasconcelos (2006, p. 175), a avaliação

(...) é um recurso muito importante para a gestão da sala de aula, uma vez que permite localizar as necessidades e dirigir a ação no sentido de sua superação; poderíamos dizer mesmo que sem a avaliação a gestão da atividade pedagógica ficaria inviabilizada, já que faltariam os elementos críticos para a tomada de decisão.

Outro ponto importante na hora de avaliar é a clareza daquilo que é solicitado aos alunos, pois, muitas vezes, os educandos não conseguem se sobressair bem nas avaliações, não por desconhecimento do que se é pedido, mas devido a falta de entendimento das questões, algumas vezes permeadas por ambigüidades e incoerências. Nesse sentido, procurou-se em cada atividade avaliativa e em todas as discussões em sala, ser o mais claro possível naquilo que se queria que fosse compreendido pelos alunos, a fim de serem evitados tais transtornos. Para Luckesi (1998, p. 38),

A ambigüidade do que se solicita num teste pode revelar mal a expectativa do professor e, deste modo, a resposta do aluno poderá ser considerada inadequada, por não estar *aparentemente* capacitado para ela. No entanto, o aluno poderia estar capacitado e só não manifestou o desempenho esperado por ter sido impossível entender o que se queria.

Nesse sentido, para que o professor tenha condições de avaliar satisfatoriamente seus alunos faz-se necessário que ele se aproprie dos diversos instrumentos de avaliação,

os quais visam diagnosticar e superar dificuldades encontradas durante todo o processo, como também corrigir falhas e instigar os educandos a continuarem estudando. Tais procedimentos têm que ser aplicados continuamente, ou seja, no início, durante e no final de cada unidade didática ou bimestre. Para Libâneo (1994, p. 205), “[...] O processo de avaliação assume várias formas, umas mais sistemática, outras menos, umas formais, outras mais informais”.

Essa diversificação é imprescindível, pois só assim haverá condições do professor avaliar muitos conhecimentos e competências que geralmente ficam de fora quando se utiliza apenas os procedimentos avaliativos costumeiros, que não dão ênfase ao vasto conjunto de práticas e saberes significativos que estão intrinsecamente atrelados ao processo de ensino e aprendizagem. Para Cordeiro (2009, p.160), “[...] é preciso caminhar na direção de procedimentos avaliativos cada vez mais diferenciados e individualizados ou que pelo menos permitam a manifestação das reais aprendizagens e dificuldades obtidas por cada um dos alunos”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência pedagógica junto à disciplina Educação Inclusiva foi fundamental na ressignificação da prática pedagógica ali desenvolvida. Ficou evidente a visão reducionista de educação inclusiva presente do programa da referida disciplina no Curso de Licenciatura em matemática do IFRN Campus Santa Cruz. No entanto, a experiência também serviu para “testar” novos aportes teórico/metodológicos acerca da discussão sobre a inclusão, ofertando junto às questões curriculares propostas, outros conteúdos pertencentes ao campo da inclusão escolar, os quais merecem toda atenção.

O nosso desejo, é que nas próximas revisões curriculares, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática seja reavaliado e acrescentado à sua base curricular da disciplina Educação Inclusiva, outros temas voltados à inclusão, além daqueles já abordados neste relato de experiência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional da Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DANTAS, Anna Catharina da Costa; COSTA, Nadja Maria de Lima (Orgs.). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva - documento base**. Natal: IFRN Ed., 2012

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/santacruz/licenciatura-em-matematica/projeto-pedagogico-do-curso-ppc>> Acesso em: 25 nov. 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.